



Profiscientia

Periódico Multidisciplinar do IFMT – Campus Cuiabá

O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA REFLEXÃO BASEADA NA OBRA “O MERCADO DO CONHECIMENTO E O CONHECIMENTO PARA O MERCADO”

THE PROCESS OF COMMODIFICATION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: A REFLECTION BASED ON THE WORK “THE KNOWLEDGE MARKET AND KNOWLEDGE FOR THE MARKET”

Deborah Milani Pavão ¹
Leonam Lauro Nunes da Silva ²
Lúcio Ângelo Vidal ³

Resumo

Devido às transformações econômicas ocorridas no Brasil no último século, a procura pelo Ensino Superior aumentou significativamente. Vários estudiosos discutem qual o papel do capitalismo na Educação no Brasil no decorrer dos anos. Com relação ao Ensino Superior, destaca-se a obra das autoras Lúcia Maria Wanderley Neves e Marcela Alejandra Pronko: “O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado”. Dessa forma, o objetivo deste artigo é provocar uma reflexão sobre como vem ocorrendo a mercantilização da Educação Superior no Brasil tendo como premissa o livro citado. Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa básica, qualitativa, exploratória e bibliográfica, visto que se debruça nas publicações já feitas acerca do tema pesquisado. Com o progresso da cultura urbano-industrial, o capital começa impor novas exigências para a formação para trabalho, requerendo alterações periódicas no conteúdo e na maneira de preparação para o trabalho. Observou-se, assim, que o processo de mercantilização da educação superior no Brasil se deu para assistir às demandas do capitalismo mundial e que um grande problema desta realidade é que as instituições buscam, em maior parte, o lucro e não a excelência do ensino, perpetuando na formação acadêmica a ideologia do capital.

Palavras-chave: educação mercadológica; ensino superior, políticas públicas na educação.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Campus Cuiabá, Cel. Octayde Jorge da Silva IFMT E-mail: deh.milani@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Campus Cuiabá, Cel. Octayde Jorge da Silva IFMT. E-mail: leonam.lauro@ifmt.edu.br

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Campus Cuiabá, Cel. Octayde Jorge da Silva IFMT. E-mail: lucio.vidal@ifmt.edu.br

Abstract

Due to the economic transformations that occurred in Brazil in the last century, the demand for Higher Education increased significantly. Several scholars discuss the role of capitalism in Education in Brazil over the years. Regarding Higher Education, the work of authors Lúcia Maria Wanderley Neves and Marcela Alejandra Pronko stands out: “The knowledge market and knowledge for the market”. Therefore, the objective of this article is to provoke a reflection on how the commodification of Higher Education has been occurring in Brazil, taking the aforementioned book as its location. This research is characterized as basic, qualitative, exploratory and bibliographical research, as it focuses on publications already made on the researched topic. With the progress of urban-industrial culture, capital begins to impose new demands on job training, requiring periodic changes in the content and manner of preparation for work. It should be noted, therefore, that the process of commercialization of higher education in Brazil took place to meet the demands of global capitalism and that a major problem with this reality is that institutions seek, for the most part, profit and not excellence in teaching, perpetuating the ideology of capital in academic training.

Keywords: marketing education; higher education, public policies in education.

1 INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil tem passado por transformações relevantes nas últimas décadas, incluindo o aumento do acesso de estudantes de diferentes extratos socioeconômicos. Entretanto, essa expansão também trouxe desafios e mudanças na forma como a educação é concebida e oferecida. O processo de mercantilização, conforme abordado na obra analisada, é uma das mais significativas.

Devido às mudanças de ordem econômica que aconteceram no Brasil durante a segunda metade do século XX, a exemplo da crescente urbanização, a industrialização do eixo Sul-Sudeste, das transformações paradigmáticas a respeito da posição da mulher na sociedade e a elevação dos requisitos educacionais para ocupação de cargos e empregos disponíveis, a procura pelo Ensino Superior (ES) intensificou-se (Vieira; Nogueira, 2017).

Gramsci (1978) diz que cada sociedade, em consonância com sua formação histórica e cultural, desenvolve as forças produtivas que devem alavancar a economia local, formulando projetos pedagógicos que sirvam às demandas de constituição de subjetividades para as necessidades da divisão social e técnica do trabalho, que caracterizam o modo de produção dominante.

Tal afirmação pode ser constatada logo que o Estado brasileiro, para atender as demandas emergentes do capital, decidiu financiar e subsidiar o acréscimo das vagas via setor privado, promovendo a presença de instituições do mercado (Lima; Arruda, 2019). Na prática abre-se várias oportunidades para a mercantilização do ES (Pereira; Vidal, 2022).

Levando isso em consideração, estudos discutem o papel do capitalismo na Educação no Brasil no transcurso dos anos. Com relação ao ES, destaca-se a obra das autoras Lúcia Maria Wanderley Neves e Marcela Alejandra Pronko (2008): *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado*. O livro apresenta uma reconstituição histórica da formação para o trabalho complexo dentro do contexto do Brasil contemporâneo, constatando que tal processo foi marcado por transformações no curso do desenvolvimento do capitalismo; a obra também aborda os impactos que o posicionamento dos organismos internacionais trouxe para os países de capitalismo dependente e, por último, convida-nos a refletir sobre o cenário das Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é provocar uma reflexão sobre como vem acontecendo a mercantilização da ES no Brasil, tendo como premissa o livro acima citado. A relevância de um estudo sobre esse tema reside na necessidade de refletir sobre a utilização dos

recursos públicos nacionais e compreender a situação atual do ES no Brasil, bem como suas inferências na sociedade.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A problemática deste estudo está centrada em refletir sobre como vem acontecendo a mercantilização do Ensino Superior no Brasil. Dessa forma, serão necessários diferentes recursos metodológicos para atingir os objetivos almejados, como os descritos a seguir.

Quanto à natureza o trabalho se caracteriza como uma pesquisa básica, pois objetiva “reunir estudos que tem como propósito preencher uma lacuna no conhecimento” (Gil, 2017, p. 32).

Quanto à abordagem, optamos em empregar a análise de dados qualitativa, pois, conforme afirmam Prodanov e Freitas (2013, p. 70): “A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades”. Ou seja, o conteúdo aqui abordado não utilizará qualquer tipo de estatística.

Quanto aos objetivos, considera-se uma pesquisa exploratória, dado que a pesquisa busca levantar informações sobre o tema em discussão. Gil (2017) aborda que a intenção das pesquisas exploratórias é ampliar o conhecimento e a compreensão do problema, com o intuito de torná-lo mais claro e desenvolver hipóteses.

Por fim, quanto aos procedimentos, esta pesquisa opta pelo viés bibliográfico, visto que se debruça em publicações sobre o tema pesquisado. Conforme Gil (2017, p. 34) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. [...] esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mudanças na formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo seguem as determinações do capitalismo. As mudanças no modo de trabalho implicam também em transformações na composição das classes, nas estruturas políticas e nas ações do Estado relativas à economia e à educação política e escolar (Neves; Pronko, 2008).

Marx (1988) diz que trabalho é o processo no qual o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza e concomitantemente modifica sua própria natureza. Assim, “a ação humana no trabalho pressupõe sempre uma intencionalidade, um certo grau de racionalidade e o intercâmbio com os outros seres sociais.” (Neves; Pronko, p. 21, 2008).

Saviani (2007) nos diz que o trabalho é uma singularidade do homem que consiste em agir sobre a natureza, sobre os animais e demais elementos que integram o ambiente, com o objetivo de satisfazer às suas próprias necessidades.

Em qualquer sociedade, o trabalho pode se dividir em simples e complexo. Marx (1988, p. 51) define o primeiro como aquele que “todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo”, sendo tão somente um direcionamento de força. Já o trabalho complexo é aquele que requer um tempo de preparo formal de quem irá realizá-lo, posto que possui uma natureza especializada.

Mesmo presentes em todas as sociedades, a natureza do trabalho simples e do trabalho complexo será determinada por cada comunidade e em determinado tempo. As frequentes alterações na configuração das mencionadas modalidades de trabalho ocorrem face à permanente necessidade da multiplicação da produtividade e a perpetuação das relações capitalistas, onde os interesses das classes dominantes prevalecem (Neves; Pronko, 2008).

Com o progresso da cultura urbano-industrial, o capital passa a impor novas exigências para a formação dos trabalhadores, alterando os modos de produção, dotando-os de uma complexidade, até então, sem precedentes (Neves; Pronko, 2008).

Ainda segundo os autores, no alvorecer do capitalismo industrial, o trabalho considerado simples tinha um caráter predominantemente prático. O trabalhador, enquanto executava seu trabalho, o aprendia. Com a racionalização do modo de produção, a escola começou a ganhar um papel relevante visando a formação laboral e ainda, durante a evolução do capitalismo, os requisitos mínimos de escolarização para o trabalho simples sofreram alterações.

Com relação ao trabalho complexo, poucos eram os trabalhadores que o realizavam e o faziam principalmente desempenhando funções de controle e de manutenção das máquinas. Com o progressivo aumento da racionalização das relações sociais no trabalho, o capitalismo passou a demandar também o aumento e a variedade das funções especializadas. Esses trabalhadores começaram a ser formados em instituições superiores com a intenção de atenderem às demandas desse novo estágio de produção, ou seja, preparar trabalhadores

especializados para aumentar a produtividade do trabalho e se constituírem como novos intelectuais orgânicos da sociabilidade capitalista (Neves; Pronko, 2008).

Nesse sentido, as poucas Instituições de Ensino Superior passariam ser as principais responsáveis pela formação para o trabalho complexo no Brasil. A primeira universidade criada foi a Universidade do Rio de Janeiro, 1920, originada a partir da união de instituições de ensino preexistentes (Neves; Pronko, 2008).

Neves e Pronko (2008, p. 48, 2008) demonstram que, no decorrer do século XX, existiam dois caminhos para o acesso e permanência no sistema educacional.

De um lado, o caminho da formação para o trabalho complexo, subdividido em dois ramos: o científico, responsável pela formação da força de trabalho altamente especializada – intelectuais orgânicos da nova ordem urbano-industrial e produtores de ciência e tecnologia –, e o tecnológico, destinado à formação da força de trabalho dedicada às tarefas especializadas da execução do modelo fordista de organização produtiva e societal. De outro lado, o caminho da formação para o trabalho simples, que paulatinamente foi alargando o patamar mínimo de escolarização exigido pela modernização capitalista e pelo processo de ocidentalização da sociedade brasileira.

Alterações na planificação econômica são, em geral, acompanhadas de mudanças no processo educacional. Esses novos projetos educacionais nascem com o objetivo de atender aos anseios produtivos e sociais vigentes. Com os processos de industrialização e urbanização em curso, ganha corpo no Brasil ações planejadas que visam à organização nacional da educação.

No contexto brasileiro, no período designado como Era Vargas, os decretos do ministro Francisco Campos trazem um direcionamento voltado para uma gestão didática e administrativa mais autônoma, bem como um maior interesse pela pesquisa e difusão da cultura, tendo como objetivo o aprimoramento do trabalhador, o posicionamento do estudante no mercado de trabalho, a realização profissional dos envolvidos no processo educacional e a inserção do país entre as potências econômicas e industriais (Mendonça, 2000, p. 143).

No transcurso dos anos de 1980, como uma alternativa de superar a crise do capitalismo proposta pelos organismos multilaterais de financiamento, tais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), começou-se a pensar em uma reforma de estado, cujo principal objetivo era o de atrair investidores estrangeiros e inserir o país no mundo globalizado (Neves; Pronko, 2008; Silva; Borowsky, 2018).

As transformações no processo produtivo e a inserção do Brasil no desenvolvimento de mundialização do capital implicaram em mudanças nos níveis de escolarização. Para a realização do trabalho simples era necessário que os trabalhadores tivessem no mínimo o ensino fundamental completo. Para a realização do trabalho complexo era necessário, exclusivamente, o nível superior, não sendo mais suficiente o ensino técnico (Silva; Borowsky, 2018).

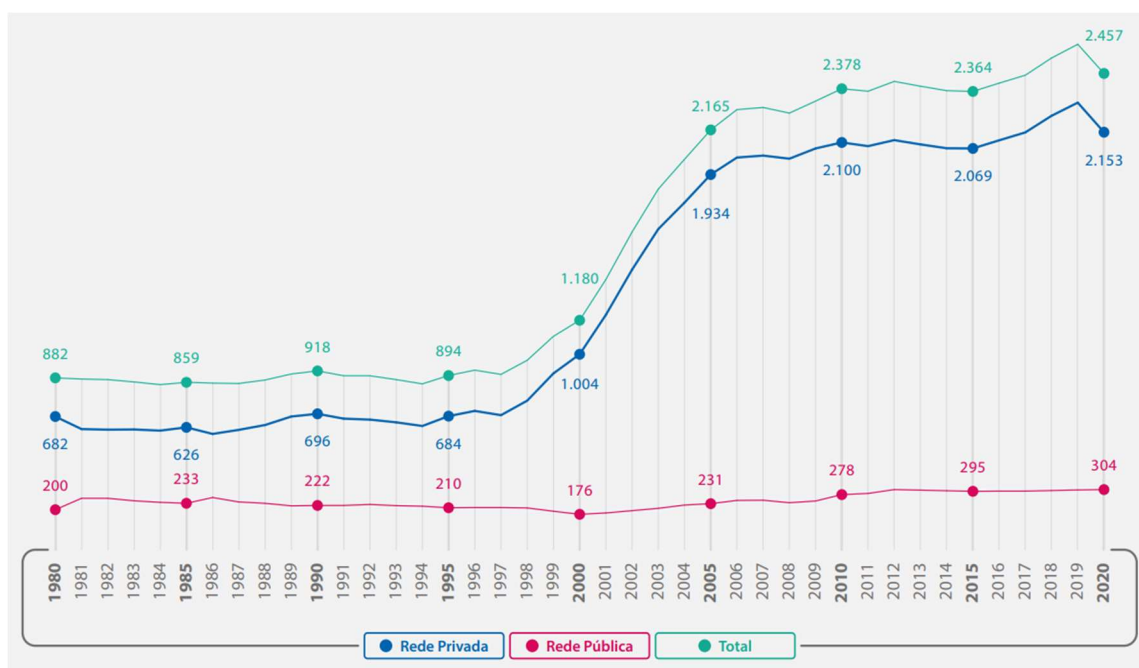
Nesse contexto de redefinição do papel do Estado brasileiro, houve uma reformulação das políticas educacionais para se adaptarem às demandas do mercado, especialmente na esfera da educação superior, que se transformou em uma mercadoria lucrativa para a iniciativa privada (Silva; Borowsky, 2018).

A difusão do Ensino Superior no Brasil aconteceu através de quatro frentes principais: o expressivo aumento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas/mercantis; a interiorização das universidades públicas e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); o progresso do ensino a distância e a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB); e a expansão da pós-graduação com fins lucrativos do conhecimento (Mancebo; Martins; Vale, 2015). Essas mudanças na estruturação do ES no Brasil aconteceram para atender às demandas do capitalismo mundial (Neves; Pronko, 2008).

Durante os anos do governo de Fernando de Henrique Cardoso houve um significativo aumento no quantitativo de IES privadas. Isso aconteceu devido à visão neoliberal do governo, que promoveu a privatização de várias instituições públicas, incentivando a venda de serviços educacionais (Agapito, 2016).

O crescente aumento de IES privadas, entre os anos de 1980 e 2000, pode ser visualizado na Figura 1. Uma adição de quase 50%. Em contrapartida, o total de instituições públicas caiu de 200 para 176 unidades, representando uma redução de 12%.

Figura 1 - Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil entre 1980 e 2000



Fonte: 12ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil, publicação do Instituto Semesp, 2022, p. 8.

Ao analisar os dados, percebemos que, nas primeiras duas décadas do século XXI, há uma tendência de crescimento exponencial da rede privada e uma estagnação da expansão das instituições públicas de ensino superior. Um deslocamento de investimentos que paulatinamente vai mudando a cartografia das IES. Em 2020, a rede privada representa 87,6% do número total de IES, enquanto a rede pública somente 12,4%.

Neves e Pronko (2008) afirmam que a privatização do ES no Brasil atendeu aos interesses dos organismos internacionais, revelando-se um movimento relevante para a nova ordem da sociedade do conhecimento. No entanto, tais interesses se camuflaram sob a égide de uma narrativa de democratização do ensino com vistas a atingir todos os extratos sociais.

Outro fator que colaborou para a expansão do ES privado no Brasil foi a formulação de programas de incentivo à inserção da população carente, como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Com essas medidas, o recurso financeiro destinado às IES privadas tornou-se muito maior do que o destinado ao setor público (Chaves; Santos; Kato, 2020).

Chaves, Santos e Kato (2020) demonstram que os recursos financeiros investidos no alargamento da ES privada, por intermédio do Fies e do Prouni, cresceram 1.316,2% no intervalo de 2003 a 2017, enquanto o aumento de recursos para todas as universidades públicas federais ficou em 155,6%.

A estratégia de incentivo de acesso ao ensino superior por meio de concessão de financiamento público ao setor privado é vantajosa para o Estado, visto que não é necessário se preocupar com investimento em infraestrutura, construção de espaços adequados, aumento do gasto com a folha de pagamento de pessoal, promoção de novos concursos públicos entre outras ações inevitáveis caso se priorizasse o Ensino Superior público (Gaspar; Fernandes, 2014).

Paralelamente, investindo na educação superior privada, o governo dispõe de menor trabalho e responsabilidade em razão de desempenhar somente os papéis de regulador da qualidade do Ensino Superior nacional e de fomentador das IES privadas através de políticas públicas de financiamento (Lima; Arruda, 2019).

Este cenário promove a disseminação da educação como um bem de consumo, contribuindo para a consolidação de grandes grupos empresariais do ramo educacional (Chaves; Santos; Kato, 2020). Isso implica que o estudante se transforma em potencial cliente do serviço educacional; ou seja, quer dizer que o tipo do serviço que ele terá acesso está diretamente condicionado ao seu poder de compra (Jardim; Almeida, 2016).

Com relação à qualidade, Castro e Almeida (2020) demonstram que parte significativa dos beneficiários do Prouni e do Fies estavam inseridos em cursos superiores de baixo nível,

destacando, assim, a emergência em aprimorar as leis que regulamentam essas políticas, com o objetivo de garantir a excelência da educação, potencializando os recursos públicos que são direcionados aos programas com essa finalidade.

A mercantilização da educação superior no Brasil tem implicações profundas e multidimensionais. No tocante ao currículo observa-se que a ênfase na formação profissional, em detrimento de uma educação ampla alicerçada no pensamento crítico, pode prejudicar a capacidade dos graduados de lidar com problemas complexos e em constante evolução em suas carreiras. A formação estritamente voltada para o mercado pode limitar a criatividade e a inovação, tornando os indivíduos menos preparados para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

Assim, como pontuam Neves e Pronko (2008), a realidade da formação para o trabalho complexo no Brasil é caracterizada por uma sociabilidade que se apoia no mercado do conhecimento. Essa sociabilidade depende e consome ciência, tecnologia e inovação produzidas pelos centros dominantes do capital, como forma de participação em uma nova sociedade globalmente conectada. Decorrente desse processo, ocorre a legitimação do conhecimento voltado para o mercado, cujos rumos da educação são embasados na formação de pessoas imersas e comprometidas às demandas do capitalismo financeiro mundial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra analisada forneceu elementos para que tecêssemos reflexões críticas importantes a respeito do processo de mercantilização da educação superior no Brasil. Deve-se atentar para os riscos de priorizar o mercado em detrimento dos princípios educacionais e dos interesses dos estudantes e das comunidades de onde são oriundos.

De outra parte, é fundamental que a sociedade brasileira e as instituições de ensino superior reflitam sobre esse processo e busquem um equilíbrio entre atender às demandas do mercado de trabalho e manter a integridade e os valores da educação superior.

A qualidade da educação e o desenvolvimento intelectual dos estudantes devem ser priorizados, mesmo em um ambiente cada vez mais orientado pelo mercado. Somente assim será possível garantir que a educação superior no Brasil continue a desempenhar um papel central na construção de uma sociedade mais justa e em sintonia com as premissas de uma educação, de fato, libertadora, com vistas a um horizonte de expectativa promissor.

5 REFERÊNCIAS

- AGAPITO, A. P. F. Ensino Superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, v. 16, n. 32, p. 123-140, jul./dez. 2016.
- CASTRO, S. O. C.; ALMEIDA, F. M. As políticas públicas para acesso ao ensino superior privado e seus reflexos na qualidade da educação brasileira. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, p. 93-93, jun. 2020.
- CHAVES, V. L. J.; SANTOS, M. R. S. KATO, F. B. G. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 14, n. 8, p. 1-20, dez. 2020.
- GASPAR, R. F.; FERNANDES, T. C. Mercantilização e oligopolização no ensino superior privado. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 945-966, jul./set. 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 129 p.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização, 1978.
- INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior**. 12. ed. 2022.
- JARDIM, F. A. A.; ALMEIDA, W. M. Expansão recente do ensino superior brasileiro: (novos) elos entre educação, juventudes, trabalhos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, n. 47, p. 63-85, jan./abr. 2016.
- LIMA, I. O.; ARRUDA, S. R. Evolução e Expansão da Educação Superior no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v. 2, n. 2, jul/dez. 2019.
- MANCEBO, D.; MARTINS, T. B.; VALE, A. A. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015.
- MARX, K. **Para uma Crítica da Economia Política**. v. 1. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 131-150, 2000.
- NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.
- PEREIRA, W. E. G.; VIDAL, L. A. Mercantilização no ensino superior brasileiro: uma discussão à luz da obra “O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado”. **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas**, v. 4, p. 21-29, 2022.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. 277 p.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

SILVA, R. M.; BOROWSKY, M. M. A implantação do Reuni na UFF: ampliação de direitos ou precarização do ensino superior? **Revista De Gestão E Avaliação Educacional**, n. 7, v.16, 91-110, 2018.

VIEIRA, S. L.; NOGUEIRA, J. F. F. Reformas da educação superior no Brasil: tempo(s) e movimento(s). **Revista Lusófona de Educação**, v. 35, n. 35, p. 13-28, 2017.